

**Nas margens do mundo antigo:
a questão da Romanização e os estudos sobre antiguidade.**

BRUNO DOS SANTOS SILVA¹

Resumo: Este artigo pretende fazer algumas considerações acerca dos estudos sobre Antiguidade, tanto no Brasil quanto no resto do globo, apresentando alguns dos principais olhares contemporâneos para esse período. Procurando analisar sucintamente o panorama historiográfico no qual minha pesquisa está inserida, qual seja, o debate sobre Romanização, proporei algumas questões importantes a serem refletidas. Questões estas que serão pensadas a partir das leituras e estudos da *Geografia* de Estrabão.

“Enquanto estavam amarrando Paulo com correias, ele disse ao centurião ai presente: É permitido a vocês açoitar um cidadão romano sem ter sido julgado? Diante dessas palavras, o centurião foi prevenir o tribuno: ‘Veja bem o que vai fazer! Esse homem é cidadão romano!’”(Atos, 22, 25).

Essa passagem é uma das várias referências ao Império romano feitas na bíblia cristã. Ela encontra-se no livro “Atos dos Apóstolos”, cuja autoria é desconhecida, mas, na tradição cristã, atribuída ao apóstolo Lucas, autor também do Evangelho de Lucas (KIM, 2008, p. XV).

Ao contrário do que possa parecer, este artigo não pretende fazer uma análise do Novo Testamento, ou mesmo de algum de seus livros. Há que se considerar que constituem ótima documentação para apreciação do período, mas este não é meu objetivo. Pretendo tecer algumas considerações acerca dos estudos sobre Antiguidade, tanto no Brasil quanto no resto do globo, apresentando alguns dos principais olhares contemporâneos para esse período. Traçando um breve panorama historiográfico,

¹ Mestrando pela Universidade de São Paulo – História Social.

proporei, através de elementos pensados à partir de minha pesquisa, algumas questões importantes a serem refletidas.

Feitas estas considerações, gostaria de começar esta explanação olhando mais atentamente para o livro “Atos dos Apóstolos”, e em seguida, para o trecho selecionado. Fazendo uma leitura cuidadosa, pode-se perceber uma série de justaposição de comunidades descritas nesta parte da bíblia: o Império romano, a pequena comunidade cristã de Jerusalém, a comunidade judaica que é maioria absoluta na cidade, e etc. De certa forma, o livro – pensado como documento produzido e difundido a partir de uma região periférica do Império – apresenta o Império romano como comunidade-mor que paira sobre todas as outras, inclusive a judaica. Ela aparece como reguladora da ordem, instância à qual se deve recorrer em último caso para a resolução de problemas de ordem política e social. Percebe-se a existência de um forte poder – como pode ser visto no trecho transcrito –, mas um poder que não é hegemônico. A lei que rege os principais personagens cristãos dentro de suas comunidades, a lei judaica adaptada por Jesus, esta sim importa – em vários trechos, mesmo após este apresentado, a lei que regula o comportamento dos personagens é a lei de seus antepassados.²

Tanto estes temas que perpassam o livro, quanto seu personagem principal, Paulo de Tarso, podem ser vistos como importantes elementos marginais que compõem o Império romano e, ao mesmo tempo, nos ajudam a pensá-lo de uma outra perspectiva. Tratando-se de um livro escrito e difundido em regiões distantes dos grandes centros de decisões e de um apóstolo que possui como principal característica “pregar aos gentios” (Atos 13, 46) nas regiões à margem do Mediterrâneo, podemos considerá-los importantes fontes de análise da Judéia e do leste do império em tempos de Augusto, por exemplo.

Essa prática de procurar retirar o foco dos estudos sobre antiguidade dos grandes centros de poder (Atenas, Esparta, Roma, Egito e etc) e deslocá-los para as periferias, tem sido a marca registrada da nossa área nos últimos 50 anos. Os assim chamados Estudos Pós-Coloniais desempenharam importante papel nas pesquisas sobre, por exemplo, o Império Romano (SAID, 1993, pp. 195). Sem pretender me aprofundar neste tema, os principais movimentos de independência de países africanos e asiáticos a

² Essa discussão vai ao encontro do debate em torno do papel anti-imperial dos escritos de Paulo e Lucas, pensando no provável papel de anti-César que Jesus assumiria nesses Evangelhos.

partir da década de 40 e 50, mais intensamente a partir da década de 60, juntamente com os movimentos estudantis e hippie, influenciaram sobremaneira os estudos sociais (ou ciências humanas).

A História, tendo se constituído como disciplina científica em meados do século XIX – e nesse processo os estudos sobre antiguidade tiveram papel preponderante – possui fortes laços com o período vivido pelos países onde ela surgia com mais intensidade: Alemanha, Inglaterra, França, Itália e etc. Isto é, tendo surgido em meio à constituição das políticas imperialistas das principais potências econômicas e militares, a História e a História Antiga, sofreram influência do momento histórico que as viu nascer, mas, também, com a mesma intensidade, influenciaram a maneira de pensar do período.

No começo do século XX (1902) um livro de História ganha o premio Nobel de Literatura. A obra *Römische Geschichte* (A história de Roma), de 1854-55, de Christian Matthias Theodor Mommsen é a vencedora. Durante muito tempo as propostas de análise e os pontos de vista deste historiador alemão serviram de exemplo e modelo para os estudos sobre a história de Roma. Em determinado ponto destes seus escritos, Mommsen faz o seguinte comentário:

“... a nação Romana (a única na antiguidade capaz de combinar um desenvolvimento político superior e uma civilização superior, embora tenha apresentado esta última apenas em uma forma imperfeita e externa) teve o direito de reduzir à sujeição os Estados gregos do Oriente que estavam prontos para a destruição, e despojar os povos ocidentais em um nível cultural inferior – Líbios, Iberos, Celtas, Germanos – por meio de seus colonos; assim como a Inglaterra com igual direito tem, na Ásia, reduzido à sujeição uma civilização de reputação rival, mas politicamente impotente, e na América e Austrália tem marcado e enobrecido, e ainda continua a marcar e enobrecer, extensos países bárbaros com a marca de sua nacionalidade.” (MOMMSEN, 1854-1855, 1885. pp. 1934)

Neste trecho o historiador alemão, ao comentar o projeto expansionista de Roma, faz uma referência positiva ao imperialismo inglês. Alguns pesquisadores, recentemente, têm feito análises a partir desta e de outras partes da obra de Mommsen e, em muitos casos, ressaltam sua evidente defesa da política externa de uma potência européia na passagem do século XIX para o XX (FREEMAN, 1997, pp. 30). Vale, entretanto, chamar atenção para um outro aspecto: mais relevantes para os atuais estudos são as

implicações teóricas do posicionamento e das opções políticas deste e de outros autores, isto é, a estratégia de traçar paralelos diretos – sempre positivos – entre dois processos, aparentemente distintos, de ampliação de fronteiras: o romano e o inglês (do período pré-guerras mundiais). Essa prática historiográfica, que vê sinais de avanço e progresso na adoção de padrões romanos pelas populações dos locais conquistados, será, via de regra, a preponderante nos estudos sobre antiguidade de meados do século XIX ao começo do pós-segunda guerra mundial.

Motivados pelos estudos pós-coloniais e pela valorização da cultura dos povos dominados, historiadores e arqueólogos especialistas em antiguidade passaram a questionar uma série de visões monolíticas do passado, dentre elas o conceito de Romanização.

Estes modelos cunhados entre o final do século XIX e início do século XX passaram a ser criticados, principalmente a partir da década de 1970, pela sua forte ligação com o momento histórico de então. Essas matrizes historiográficas são problemáticas pois “nos passam uma imagem da ação imperialista romana de forma cêntrica, descritiva e unilateral, sem a preocupação de considerar o papel das comunidades dominadas e a diversidade de situações regionais surgidas como respostas ao impacto da dominação romana.” (MENDES, 2007, pp. 28)

Além do supra mencionado Mommsen, outro importante expoente do conceito de Romanização é o historiador inglês Francis Haverfield. Considerado um dos responsáveis pelo estabelecimento da disciplina acadêmica de Arqueologia na Grã-bretanha e especialista em epigrafia – assim como Theodor Mommsen – (HINGLEY, 2000, pp. 12), Haverfield também fora um grande entusiasta do método “associativo” entre impérios – sempre ressaltava as (boas) semelhanças entre as práticas distantes no tempo. Em seu livro *A Romanização da Bretanha romana*, de 1905, ele aponta que a organização do império pelos romanos é fruto de esforços que “assumiram duas formas: a organização de fronteiras defensivas que repeliam os bárbaros, e o desenvolvimento das províncias dentro dessas defesas”. Após descrever esses esforços rapidamente, Haverfield comenta que “não é provável que nenhuma nação moderna logo irá ocupar o lugar que Roma antes mantinha. Nossa cultura hoje em dia parece firmemente plantada em três continentes e nossa tarefa é mais difundir e desenvolver ainda mais suas boas qualidades do que defendê-las” (HAVERFIELD, 1905, pp. 4)

Para Theodor Mommsen, importante jurista inserido nos debates entre Germanistas e Romanistas, as leis romanas representavam a garantia dos verdadeiros interesses nacionais. Fruto desse seu pensamento é sua preocupação em descentralizar o olhar sobre Roma, e privilegiar uma abordagem que desse um aspecto defensivo ao Império, mostrando as qualidades e as benesses que a centralização promovida por romana trouxeram às províncias (WIEDENSANN, 1998, pp. 182). Mommsen é o responsável pela teoria de expansionismo defensivo que perdurou na historiografia até meados das décadas de 60 e 70 do século XX (Harris, 1979, pp. 163).

Francis Haverfield vai além, e olha especificamente para as províncias, procurando vestígios que comprovassem as melhorias advindas do processo civilizatório romano. Tendo os artefatos arqueológicos como principais documentos comprobatórios de suas teses, este autor tenta apresentar um processo no qual as culturas romanas e bárbaras se fundiram, prevalecendo os elementos civilizatórios romanos, observáveis na cultura material. “A romanização possuía efetivamente uma qualidade espiritual” para estes autores, aponta Richard Hingley (HINGLEY, 2005, pp. 34).

Os principais escritos que partiam da crítica efetiva deste conceito de Romanização surgem no (e talvez em função do) contexto de descolonização da África e da Ásia. O final da segunda guerra mundial, a bipolarização provocada pela guerra fria e, principalmente, os inúmeros movimentos anti-imperialistas que pulularam a partir das décadas de 60 e 70 do século XX, provocaram uma série de mudanças historiográficas (SCHMITT, 2005, PP. 353). Há neste momento um importante deslocamento de foco: deixa-se de olhar para os grandes centros e passa-se a privilegiar as margens. Um dos primeiros estudiosos a participar deste movimento, e posteriormente identificá-lo e analisá-lo, foi Edward Said. Preocupado com o que ele próprio denomina de “a invenção do Oriente”, este autor, um palestino nascido em Jerusalém, ao fazer uma análise da literatura de língua inglesa, privilegia os autores das mais variadas partes do império Britânico, analisando suas especificidades, independência e resistências aos modelos literários vindos da metrópole (SAID, 1993, pp. 195).

Ao fazer uma interessante reflexão sobre teoria da História da perspectiva de um historiador de História Antiga, o pesquisador brasileiro Norberto Guarinello procurou sair da discussão de diferentes nacionalismos influenciando o fazer historiográfico. Ele

procurou centrar seu olhar no desenvolvimento próprio da disciplina, mostrando que não só a História Antiga, mas a História enquanto ciência tem se pautado pelo estudo do que ele define por FORMAS.

“O passado, como realmente aconteceu, não é sintetizado por ou nos documentos. Para narrar, descrever ou explicar realidades passadas, os historiadores têm que relacionar vestígios que foram produzidos em tempos e lugares diferentes, por agentes sociais diferentes, com propósitos diferentes. Para estabelecer essas relações, têm que pressupor que fazer parte de uma mesma realidade, que estão dentro de uma mesma unidade de sentido. É assim que impõem ordem ao caos da documentação, assumindo coerência e continuidade no que é, por si mesmo, incoerente e descontínuo. O procedimento básico para relacionar informações extraídas de documentos no universo incoerente dos vestígios do passado é um processo de generalização que cria FORMAS ou, em outras palavras, grandes contextos”.
(GUARINELLO, 2003 p. 45)

Para ele, o principal desafio dos historiadores contemporâneos é, apesar de trabalharem com essas diferentes formas, pensá-las criticamente, buscando alternativas para superá-las.

Se pensada como Forma, aquilo que chamamos de História Antiga pode ser historicizada e retirada de sua carga estritamente européia, podendo assim ser mostrada como parte da história da humanidade. De antemão já se vislumbra um bom motivo para ser estudada.

Se se consegue retirar os vestígios nacionais das pesquisas sobre quaisquer áreas do conhecimento histórico, questionamentos como “Qual é a relevância de se estudar História Antiga no Brasil” podem ser deixados em segundo plano. Pensar a função social da disciplina História em geral, e mesmo de partes específicas como História do Brasil Colonial, História da Educação e História antiga, é extremamente importante, desde que dissociadas de uma funcionalidade imediatista.

Isso não significa, entretanto, que diferentes pesquisas feitas em diferentes partes do globo não apresentem características próprias. Fazer história antiga no Brasil não é fazer história antiga na Itália. Não se tem acesso facilitado aos mesmos materiais de pesquisa; não se tem as mesmas verbas para financiamento; não se possui instituições com as mesmas condições para o estudo dessa área do conhecimento. Assim sendo, não há necessidade de se forçar (e forjar) justificativas para explicar estudos desse tipo em

locais periféricos aos grandes centros econômicos. Procurar encontrar uma conexão com o presente brasileiro torna-se um problema. Apresentar a existência de peças arqueológicas nos seus museus como justificativa para realizar pesquisa, ou uma verdadeira “caça” por curiosidades e interesses exóticos de alguns de nossos antigos representantes públicos por antiquários como atestado para nos inserir no hall daqueles que podem fazer história antiga, não é necessário. Essas “certidões” atenderiam a outras propostas que são reiteradamente feitas os estudos produzidos pelas universidades públicas no Brasil, qual seja, o movimento de inserção do conhecimento científico na lógica de mercado.

As especificidades “das margens” – dos estudos produzidos fora da Europa e Estados Unidos – trazem importantes consequências. A principal delas é que nós lemos muito o que é produzido em diferentes lugares. Não só lemos como fazemos um trabalho crítico em cima dessas leituras. E essa função de crítica vindas de diferentes partes do globo deve ser encarada com grande entusiasmo. Mas o trabalho com as fontes, e a produção própria não podem (e não devem) ser negligenciados – prática muito comum, denominada “estudos de recepção”.

À título de exemplo, gostaria de tecer brevemente algumas considerações sobre a produção acerca da *Geografia* de Estrabão, uma fonte que me interessa particularmente. Não só como este autor tem sido estudado no Brasil e fora dele, mas também como questões que perpassam sua análise têm sido consideradas e aproveitadas.

Estrabão foi um historiador e geógrafo falante do idioma grego, que viveu e escreveu uma grande obra de descrição do mundo habitado (*oikoumene*) por ele e seus contemporâneos. Mundo este que vê boa parte de seus territórios sob domínio de Roma – no caso da referida fonte, sob o controle dos imperadores Augusto e Tibério (c. 65-64 a.C a c. 24 d.C). Há uma considerável quantidade de interpretações de quem fora esse autor, e de seus objetivos com a sua obra. Uma vez que não há relatos de terceiros sobre sua vida, as únicas informações que possuímos sobre Estrabão são retiradas de sua própria obra. Começando pela data de seu nascimento, autores revisionistas, como a canadense Sarah Pothecary e a americana Katherine Clarke propõem um avanço desta de 63 a.C. para cerca de 50 a. C – fato que tornaria possível transferir a morte de Estrabão para o final da década de 20 d.C – estendendo o espectro temporal de seus escritos. Autores consagrados, como Claude Nicolet (1988), François Lassere (1983, pp. 867-896) e Benedict Niese (1883,

pp. 567-602) fixam como datas prováveis os anos de 64-63 a.C. Trabalhem com uma margem ampla de possibilidades, não excluindo nenhuma dessas datas.

Resumidamente, a *Geografia* é composta de relatos, descrições e reflexões preciosas, contendo aspectos físicos, econômicos, humanos de várias regiões do mundo conhecido de então, além de crítica de fontes, e discussões teóricas acerca de conceitos geográficos, históricos e etnográficos. Esta obra de Estrabão possui 17 livros, quase todos inteiramente conservados (do livro VII possuímos apenas fragmentos). Os livros I e II tratam de temas gerais, uma espécie de introdução, com as discussões de conceitos geográficos e os confrontos de suas fontes. Os demais se referem, cada um, a uma ou mais regiões da “*oikoumene*”, começando na Ibéria e terminando no Egito, Etiópia e Líbia (livro XVII).

Interessam-me particularmente os livros III e IV, que descrevem, respectivamente, a Hispânia (Ibéria) e a Gália. Eles são os objetos principais de análise da minha pesquisa de mestrado, exatamente por serem descrições de duas regiões periféricas do Império. Além do mais, são as regiões em que os romanos mais cedo entram em contato fora da península itálica – já desde as guerras púnicas de finais do século III a.C. As análises e leituras feitas destes livros normalmente são balizadas por questões teóricas que nem sempre são olhadas com a preocupação devida.

Estrabão fala claramente que seu texto é escrito para **πολιτικός**. Este termo é frequentemente traduzido por homens de estado (do inglês *statesman*), dando início a uma série de interpretações em que Estrabão é associado a Augusto. De acordo com Fabiana de Mello Zuliani, autora de “Passado e presente em Estrabão: As estruturas espaço-temporais da “Geografia” e suas relações com o Império Romano”, em virtude dessa tradução, podemos encontrar vários “Estrabões”.

Claude Nicolet, em seu “L’Inventaire du Monde”, nos apresenta um Estrabão propagandista e apologético de Augusto; para ele, a “Geografia” seria “antes um panfleto a favor de Augusto do que um tratado político” (NICOLET, 1998: 45-46). Outro estudioso da obra de Estrabão é François Lassere, que, em virtude de enxergar certa hesitação no sentimento pró-romano de Estrabão, trata-o como um escritor ambíguo do ponto de vista político. Para ele, no que tange à expansão territorial do Império romano (e suas conseqüências), o geógrafo de Amaséia parece apresentar certo desconforto para com a suspensão de algumas liberdades no mundo helênico, entretanto,

quando o assunto é o crescimento de influência deste povo sobre zonas “bárbaras”, há um sentimento positivo por parte de Estrabão. (ZULIANI, 1999: 37)

Essas duas interpretações da “*Geografia*” diferem em função da interpretação da tradução do termo **πολιτικός**. O primeiro funda sua teoria na tradução de “statesman”, enquanto o segundo utiliza um termo mais abrangente para **πολιτικός**, que o próprio Estrabão nos oferece em sua obra – algo próximo a homens letrados (Livro I, capítulo 1, partes 22-23). Ou seja, ambos abordam a relação deste último com a política romana através de suas interpretações de para quem o autor escreve.

O autor Peter Garnsey contribui para este debate ao afirma que através de omissões, Estrabão estaria agindo em favor de Augusto – omitindo, por exemplo, dificuldades de abastecimento da Itália, Estrabão estaria favorecendo a política imperial em sua obra (GARNSEY, 1987: 15-16)

Outras duas autoras que tratam deste tema são Anna Maria Biraschi e Monique Clavel-Lévêque. Ambas chegam à conclusão de que é a admiração pela grandeza política do povo de Roma que liga a *Geografia* ao império Romano, e não a política imperial. Porém, essas duas autoras divergem quanto à metodologia: partindo da questão de “para quem” Estrabão escreve, Anna Maria Biraschi entenderá **πολιτικός** como todo o povo romano, (ZULIANI, 1999: 40) ao passo que Monique Clavel-Lévêque fará uso de uma análise filológica dos termos **προτερπν** (outrora) e **νῦν** (hoje), onde o “outrora” será associado ao bárbaro e o “hoje” à civilização (CLAVEL-LÉVÊQUE, 1974).

Tomando estes historiadores como pesquisadores tradicionais da obra de Estrabão, há uma corrente de novas pesquisas cuja intenção é analisar nosso geógrafo como um observador privilegiado desse período de estabelecimento do principado. São eles pesquisadores que partem da pesquisa da data de produção da *Geografia*.

Katherine Clarke, uma pesquisadora de Oxford, vai um pouco mais além da simples busca pela data em suas análises. Em seu livro “Entre Geografia e História: construções helenísticas do mundo romano”, que tem exatamente a *Geografia* de Estrabão como principal fonte de análise, esta autora reconhece que Roma é o centro da Oikoumene estraboniana, ao qual todas as regiões estavam ligadas pelo constante fluxo de bens, pessoas, recursos e idéias (CLARKE, 1999: 210-220). Entretanto, ela identifica na *Geografia* outros centros concorrentes de Roma, como, por exemplo, o

Império Parta. Mas a grande guinada na análise de Clarke é tentar demonstrar que Estrabão associa expressões temporais, como *καθ ἡμας* (no meu tempo), às suas referências a intelectuais contemporâneos vindos da Ásia Menor. Ou seja, Estrabão estaria se posicionando como pertencente a uma tradição literária que remontaria, segundo ele próprio, à Homero e aos intelectuais do Oriente do império. Assim, Estrabão construiria uma centralidade alternativa à de Roma, uma centralidade intelectual localizada na Ásia Menor. O geógrafo teria assim, o papel de analista privilegiado do império, pois seria fruto de uma tradição intelectual muito anterior, escrevendo sobre as transformações de seu tempo.

Para além da pesquisa de mestrado da supracitada Fabiana Zuliane, possuímos poucos trabalhos sobre essa fonte em português. Algumas referências importantíssimas foram feitas em artigos e capítulos de livros, mas um estudo sistemático ainda se faz necessário.

Há também inúmeros trabalhos vindos da Espanha e da Itália. Recentemente foi lançado um livro chamado “La invención de una geografía de la Península Ibérica” (2009), com uma série de artigos (em italiano, espanhol e francês) que trabalham com várias fontes, dentre elas Estrabão.

Como exercício de reflexão, tomemos os Atos dos Apóstolos e a obra de Estrabão como dois dos muitos exemplos disponíveis de figuras e produtos vindos das margens dos grandes centros para tecer análises sobre eles. Ambos são importantíssimos para o estudo da antiguidade, pois podem apresentar visões distintas dos grandes trabalhos produzidos em língua latina entre a passagem do século I a.C para o I e II d.C. Assim sendo, não seria muito diferente com os pesquisadores contemporâneos. As fontes e seus pesquisadores não possuem funções importantes simplesmente por serem das margens, da periferia, mas sim, por se tratarem de produtos de determinadas conjunturas específicas, possuem papéis tão importantes quanto os de outras regiões, incluindo as centrais. Papéis distintos, não melhores, nem piores.

Referência Bibliográfica:

Fonte.

ESTRABÃO

- Strabo. *The Geography. Books III e IV*. Londres: The LOEB Classical Library, 1960.
- AUJAC, GERMAINE; LASSERRE, FRANÇOIS; BALADIÉ, RAOUL, (Ed. e Trad.) *Strabon. Géographie*. Vols 1-9, livros 1-12. Paris: Les Belles Lettres, 1966-96
- Estrabón. Geografía. Libro III y IV. Madrid: Editorial Gredos, 2002.

ATO DOS APÓSTOLOS.

- Bíblia sagrada. Tradução portuguesa da vulgata latina pelo padre Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo : Editora Rideel, 1997

Bibliografia específica.

AUJAC, G. *Strabon et la science de son temps*, Paris, Les Belles Lettres, 1966.

AUJAC, G. & LASSERE, F. Introdução Geral In: *Strabon, Geographic*. Paris, Les Belles Lettres, 1966-96.

CLARKE, K. “In Search of the Author of Strabo’s Geography”. *Journal of Roman Studies*, vol. LXXXVII, 1997, pp. 92-110.

_____. *Between Geography and History: hellenistic constructions of the Roman World*. Oxford, Oxford University Press, 1999.

CLAVEL-LEVEQUE, M. *Les gaules et les gaulois: pour une analyse du fonctionnement de la géographie de Strabon*. In: *Dialogues d'histoire anciennes*, n°. 1, 1974 pp. 75/93

DUECK, D. & LINDSAY, H. *Strabo’s Cultural Geography - The Making of a Kolossourgia*, Cambridge University Press, 2004.

FREEMAN, P. W. M. *Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late 19th-c. Britain*. In: Mattingly, D. J., *Dialogues in Roman imperialism: power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 1997.

GARNSEY, P. & SALLER, R. *The Roman Empire*. London, Duckworth, 1987.

GUARINELLO, N. L. *Uma morfologia da História: as formas da História Antiga*. In: *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 3, 2003, pp. 41-61.

_____. *História científica, história contemporânea e história cotidiana*. In: *Revista Brasileira de História*, 24 (48), 2004, pp. 13-38.

GUARINELLO, N. L. *Apresentação*, In: SILVA, G. V. e MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.

GUARINELLO, N. L. *Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. Um Ensaio*. *Revista Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo* (1), pp. 113-127, 2010.

- HARRIS, W. V. *War and Imperialism in Republican Rome 327-70 a.C.* Oxford, Oxford University Press, 1979.
- HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and Empire*, London and New York: Routledge, 2005.
- KIM, S. *Christ and Caesar: The gospel and the Roman Empire in the writings of Paul and Luke.* CAMBRIDGE, U.K. 2008.
- LASSERE, F. *Strabon devant l'Empire Romain.* In: *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, II, 30, 1, 1983.
- MENDES, N. M. Império e Romanização: “Estratégias”, dominação e colapso. *Brathair*, 7, pp. 25-48, 2007.
- NICOLET, C. *Space, geography, and politics in the early Roman empire.* Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1991.
- PINTO, R. *Arqueologia e Romanização: Os Discursos Arqueológicos e a Cultura Material da Bretanha Romana.* Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003. Sob a Orientação do Profº Dr. Pedro Paulo A. Funari.
- POTHECARY, S. *Strabo, Polybios, and the Stade.* Phoenix, Vol. 49, No. 1. 1995. in *Mnemosyne, Fourth Series*, Vol. 55, No. 4, (2002), pp. 387-438.
- _____. *Strabo, the Tiberian Author: Past, Present and Silence in Strabo's "Geography"*, in *Mnemosyne, Fourth Series*, Vol. 55, No. 4, (2002), pp. 387-438.
- SAID, E. *Culture and Imperialism*, Nova Iorque, 1º Vintage Books Edition, 1993.
- SCHMITT, J-C. *A história dos Marginais*, in: Le Goff, Jacques (org.). *A História Nova*, Martins Fontes, São Paulo, 2005.
- ZULIANI, F. M. *Passado e presente em Estrabão. As estruturas espaço-temporais da Geografia e suas Relações com o Império Romano.* Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999. Sob a Orientação do Profº Dr. Norberto Luiz Guarinello.